

Requerimento N.º de 2011

(Do Deputado Jean Wyllys)

Requer audiência sobre a exploração de urânio em Caetité – BA, com a presença dos Ministros de Estado Ciência, Tecnologia e Inovação; de Meio Ambiente; do Trabalho e Emprego e da Saúde.

Fundamento: e artigo 50, *caput*, da CRFB e artigo 24, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sra. Presidenta:

Requer audiência sobre a exploração de urânio em Caetité – BA, com a presença do Ministro de Estado de Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação Aloizio Mercadante Oliva, da Ministra de Estado de Meio Ambiente Izabella Mônica Vieira Teixeira, do Ministério do Trabalho e Emprego Carlos Lupi e do Ministro da Saúde Alexandre Padilha.

JUSTIFICATIVA

A Comissão de Meio Ambiente desta Casa sediou, no dia 06 de outubro, audiência pública para a apresentação do Relatório da Plataforma DHESCA Brasil sobre violações de direitos humanos ambientais relacionados à mineração de urânio em Caetité – Bahia. As denúncias apresentadas pela Plataforma e pela comunidade envolvida são gravíssimas e não foram respondidas a contento pelo Sr. Alfredo Trajan Filho, presidente da INB (Indústrias Nucleares do Brasil), empresa responsável pela exploração do mineral na região, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

As denúncias apresentadas pelo relatório e pelos membros da comunidade local afirmam que existe crescente falta de água na região, prejudicando a agricultura local, e contaminação do ar devido à mineração, sem que as famílias diretamente expostas aos gases radioativos tenham sido reassentadas.

Além disso, de acordo com representante do Sindicato dos Mineradores de Brumado e Micro-Região e com a Auditora do Trabalho Fernanda Giannasi, mais da metade dos trabalhadores é terceirizado, inclusive aqueles ocupados na atividade-fim da empresa. Os equipamentos de proteção individual são precários e os trabalhadores não têm acesso ao resultado do exame de sangue periódico. Segundo eles, a Convenção 115 da OIT, que determina que os trabalhadores expostos à radiação tenham acompanhamento de saúde vitalício, é também descumprida.

Além disso, existem fotografias revelando o vazamento de urânio pelas paredes e frestas, com um sistema precário de ventilação. Não existe isolamento das áreas que armazenam material radioativo. Lucas Mendonça dos Santos, do Sindicato dos Mineradores de Brumado e Micro-Região, afirmou que durante o reentamboramento (mudança de tambor de concentrados de urânio), realizado em junho deste ano “se viu urânio para tudo quando é lugar da área. Chegou-se a despejar urânio no chão, e recolher de pá. O supervisor de serviço abriu o portão da área para jogar a poeira de urânio para fora do local. Não havia equipamento de proteção respiratório”. A singela medida que a empresa tomou foi instalar um ar condicionado na sala de armazenamento, após desmaios de trabalhadores.

A falta de acompanhamento da saúde dos empregados e da população é gravíssima. Há grande incidência de neoplasias, sendo que nenhum hospital local tem especialização em oncologia. Sem acompanhamento, não é possível saber qual o real impacto da mineração. De acordo com a relatora da Plataforma DHESCA, “quando uma pessoa é diagnosticada com câncer na região, ela é tratada em outras cidades, como Feira de Santana, Salvador ou São Paulo. Se esta pessoa chega a falecer, seu óbito não é registrado na região onde desenvolveu a doença”.

O Padre Osvaldino Alves, que auxilia a mobilização dos moradores locais, chegou a ser alvo de tentativa de criminalização, incentivada pela empresa.

O Presidente da INB negou as denúncias, afirmando ainda que apenas presta informações aos órgãos competentes. É por essa razão que solicitamos o comparecimento das autoridades mencionadas, a fim de que informem se existe a devida fiscalização à INB e às consequências de sua atividade mineradora, e que prestem esclarecimentos e respostas aos reclames da comunidade local e das organizações de direitos humanos.

Diante da gravidade das denúncias, respeitosamente, espero apoio dos nobres Deputados para aprovação desse Requerimento.

Sala das Comissões, em de setembro de 2011.

Jean Wyllys

Deputado Federal PSOL/RJ